



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ

RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
DO PODER EXECUTIVO SOBRE A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Senhor Presidente,

Conforme o disposto no art. 42, da Constituição Estadual do Estado do Ceará, de 05/10/98, encaminhamos a Vossa Excelência, o Relatório sobre a situação econômico-financeira e administrativa deste Município, relativo ao exercício de 2014.

I – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A Lei Federal nº 4.320/64, que prescreve as técnicas dos registros contábeis a serem obedecidos pela União, pelos Estados e Municípios, consubstancia diretrizes para Contabilidade Pública. Tal Contabilidade compreende os registros gerais do exercício, demonstrados pelos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Econômico (ou variações patrimoniais).

A Lei Municipal que aprovou o Orçamento Geral para o Exercício de 2014, com a receita de R\$ 105.693.414,00 (Cento e Cinco Milhões, Seiscentos e Noventa e Três Mil e Quatrocentos e Quatorze Reais) e uma despesa de idêntico valor, ficando, portanto, constatado perfeito equilíbrio.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias respalda todos os gastos realizados durante o exercício, nos mais diversos aspectos, desde a assistência social aos investimentos, a qual referenda as condutas e ações administrativas executadas, toas consignadas na Lei do orçamento.

Os anexos componentes do Balanço Geral desta Prefeitura apresentam as peças, os elementos necessários para uma efetiva apuração dos dados inseridos nos mesmos, com clareza e evidência.

II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO
ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO E PATRIMONIAL

A prefeitura Municipal teve o ingresso em sua receita a quantia de R\$ 109.282.240,66 emergente das seguintes contas orçamentárias:

Receita Tributaria	4.508.226,55
Receita de Contribuições	2.043.795,03
Receita Patrimonial	611.290,71
Receita de Serviços	3.731.655,02

Transferências Correntes	94.774.528,81
Outras Receitas Correntes	4.812.493,12
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	5.441.538,63
Outras Receitas de Capital	0,00
Operações de Crédito	0,00
Contas Redutoras	6.641.287,21

Por outro lado a despesa efetivamente realizada no exercício, atingiu a cifra de R\$ 111.686.714,05 assim distribuídos:

Despesas Correntes	104.034.745,93
Despesas de Capital	7.651.968,12

O Balanço Orçamentário apresentou o seguinte desdobramento:

Créditos Orçamentários e Suplementares	111.686.714,05
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Superávit	0,00
Total	111.686.714,05

O Balanço Financeiro apresentou os seguintes resultados:

Saldo do Exercício Anterior	5.872.222,75
Receita Orçamentária	109.282.240,66
Transferências	24.381.446,87
Receita Extra-orçamentária	23.887.685,53
Total	163.423.595,81

Despesa Orçamentária	111.686.714,05
Transferências	24.381.446,87
Despesa Extra-orçamentária	20.378.117,08
Saldo para o Exercício Seguinte	6.977.317,81
Total	163.423.595,81

O Balanço Patrimonial apresentou os seguintes resultados:

Ativo	
Ativo Circulante	17.039.590,77
Ativo Não Circulante	60.358.201,31
Passivo Real a Descoberto	21.682.925,17
Total	99.080.717,25

Passivo	
Passivo Circulante	24.598.684,72
Passivo Não Circulante	74.482.032,53
Ativo Real Líquido	0,00
Total	99.080.717,25

As Demonstrações das Variações Patrimoniais, apresentaram os seguintes elementos:

Variações Ativas	
Resultantes da Execução Orçamentária	
Receita Orçamentária	100.126.801,81
Mutações Patrimoniais	9.262.196,19
Independentes da Execução Orçamentária	24.381.446,87
Déficit Verificado	
Variações Passivas	
Resultantes da Execução Orçamentária	
Despesas Correntes	99.079.720,57
Despesas de Capital	4.853.796,52
Mutações Patrimoniais	24.381.446,87
Independentes da Execução Orçamentária	
Superávit Verificado	5.455.480,91
Total Geral	128.314.963,96

A Dívida Fundada Interna apresentou os seguintes saldos:

Parcelamento INSS	71.135.057,24
Parcelamento PIS / PASEP	3.306.015,31
Outros Parcelamentos	40.959,98
Total	74.482.032,53

A Dívida Flutuante, ficou distribuída de acordo com o anexo XVII.

III – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Quadro de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, segue anexo.

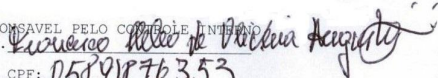
A remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito obedeceu ao que estabelece a Constituição Estadual.

Considerando as peças complementares, que integram a presente Prestação de Contas, foram estes os principais aspectos administrativos do Município, no decorrer do exercício sob exame.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração, colocando-nos ao inteiro dispor desse órgão, para quaisquer outros esclarecimentos julgados necessários.

Cordialmente,


 JOSÉ JAIME BEZERRA RODRIGUES JÚNIOR
 Prefeito Municipal de Icó

RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO
 ASS. 
 CPF: 05891876353